

# UM ENSAIO SOBRE A MERITOCRACIA, A TIRANIA DO MÉRITO E O BEM COMUM

Vaner José do Prado<sup>1</sup>  
Luciana Rodrigues dos Santos<sup>2</sup>  
Daniele Lígia de Moura Nunes Pazos<sup>3</sup>

## RESUMO

A ideia inicial de produzir um ensaio sobre meritocracia e sua aplicação, assenta-se sobre uma visão da palavra ser pronunciada muitas vezes, como um referencial para um sistema meritocrático, referindo-se quando alguém alcança posições de destaque na sociedade e nas organizações. Muitos gestores públicos e privados trabalham seus discursos sobre a meritocracia do talento, para ascensão aos cargos mais elevados ou posições de destaque. Nesse sentido, parte-se de um ponto em que se trata de um vocábulo ou conceito de fácil compreensão e aplicação, seja na sociedade como um todo seja em organizações. Nesse contexto, tem-se a questão de pesquisa de como o uso e aplicação do conceito de meritocracia, como diferencial de talento, pode não ser tão meritocrático? O objetivo é analisar o vocábulo meritocracia, buscando uma maior clareza conceitual, no sentido de melhorar sua compreensão, visando compreender os limites entre mérito e tirania do mérito. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória/descritiva de análise qualitativa. Como resultados principais extraiu-se que o conceito de meritocracia nasceu da mesma cepa do conceito de aristocracia e replica um modelo de desigualdade, agora não pela hereditariedade, mas pelo talento. Também, que a meritocracia enquanto prática, carrega consigo um rastro de desigualdade, denominada de tirania do mérito. Finalmente, o texto procura resgatar o mérito para o conceito de bem comum, uma sociedade cívica, com espaços para livre manifestação e menos desigual.

**Palavras-Chave:** Meritocracia; mérito; Tirania do mérito; Bem-comum.

## ABSTRACT

The initial idea of producing an essay on meritocracy and its application is based on a vision of the word being pronounced many times, as a reference for a meritocratic system, referring to when someone reaches prominent positions in society and organizations. Many public and private managers work their speeches on talent meritocracy, to rise to higher positions or prominent positions. In this sense, it starts from a point where it is a word or concept that is easy to understand and apply, whether in society as a whole or in organizations. In this context, there is the research question of how the use and application of the concept of meritocracy, as a talent differential, may not be so meritocratic? The objective is to analyze the word meritocracy, seeking greater conceptual clarity, in the sense of improving its understanding, in order to understand the limits between merit and tyranny of merit. This is an exploratory/descriptive research with qualitative analysis. As main results, it was extracted that the concept of meritocracy was born from the same strain as the concept of aristocracy and replicates a model of inequality, now not by heredity, but by talent. Also, that meritocracy as a practice carries with it a trace of inequality, called the tyranny of merit. Finally, the text seeks to rescue merit for the concept of common good, a civic society, with spaces for free manifestation and less unequal.

**Key words:** Meritocracy; merit; Tyranny of merit; Very common.

<sup>1</sup>Professor do Programa de Mestrado em Direito Governança e Políticas Públicas da Universidade Salvador – UNIFACS e pesquisador e líder do Grupo de Estudos em Governança e Política Públicas – GEGOP.

<sup>2</sup>Mestre em Direito Governança e Políticas públicas pela UNIFACS e pesquisadora pelo Grupo de Estudos em Governança e Política Públicas – GEGOP.

<sup>3</sup>Mestranda pelo Programa de Mestrado em Direito Governança e Políticas Públicas da Universidade Salvador – UNIFACS.

## 1. INTRODUÇÃO

A ideia inicial de produzir um ensaio sobre meritocracia e sua aplicação, assenta-se sobre uma visão da palavra ser pronunciada muitas vezes, como um referencial para um sistema meritocrático, referindo-se quando alguém alcança posições de destaque na sociedade e nas organizações. Muitos gestores públicos e privados trabalham seus discursos sobre a meritocracia do talento, para ascensão aos cargos mais elevados ou posições de destaque. Nesse sentido, parte-se de um ponto em que se trata de um vocábulo ou conceito de fácil compreensão e aplicação, seja na sociedade como um todo seja em organizações.

Nesse contexto, tem-se a questão de pesquisa de como o uso e aplicação do conceito de meritocracia, como diferencial de talento, pode não ser tão meritocrático?

Diante dessa realidade, o objetivo é analisar o vocábulo meritocracia, buscando uma maior clareza conceitual, no sentido de melhorar sua compreensão, visando compreender os limites entre mérito e tirania do mérito.

A própria origem histórica do conceito permite controvérsias e confusões de autores sobre ela. Aqui atribui-se uma primeira conceituação a Michael Young em sua obra *The Rise of the Meritocracy* (1958). Para esse autor a Grã-Bretanha não poderia ser uma sociedade de castas se quisesse sobreviver como uma grande nação, para enfrentar os desafios da concorrência internacional. Nesse sentido o país teria que aproveitar melhor o seu material humano.

A taxa de progresso social depende do grau em que o poder é combinado com a inteligência. A Grã-Bretanha de um século atrás esbanjou seus recursos ao condenar até pessoas talentosas ao trabalho manual; e bloqueou os esforços dos membros das classes inferiores para obter o justo reconhecimento por suas habilidades.

Escolas e indústrias foram progressivamente abertas ao mérito, de modo que as crianças inteligentes de cada geração tiveram oportunidade de ascensão. A proporção de pessoas com I.Q.S acima de 130 não podia ser aumentada - a tarefa era evitar uma queda - mas a proporção de tais pessoas no trabalho que exigia todas as suas capacidades foi constantemente aumentada YOUNG, 1958, p. 15).

E segue Young (1959, p. 19):

A educação tornou-se então compulsória na Grã-Bretanha, o patronato finalmente abolido no serviço público e a entrada competitiva tornou-se a regra. O mérito tornou-se o árbitro, a obtenção do padrão, para entrada e avanço de uma profissão esplêndida,

Esse termo também tem sua utilização em Markovits (2021), Sandel (2021), Snyder (2017) e Chaves (2017), autores que são trabalhados neste ensaio.

Assim, justifica-se este ensaio, primeiro pela provocação de reflexão sobre o uso indiscriminado do conceito, na sociedade e nas organizações; segundo pela apropriação, muitas vezes, sem a devida observação de tempo e espaço, para justificar práticas sociais e organizacionais; terceiro é sempre importante trazer luz a determinados conceitos para refletir sobre a realidade do uso; quarto cabe a academia estar sempre atenta para alertar sobre determinados fenômenos sociais e organizacionais, visando a crítica as práticas e conceitos e; finalmente de ensaios como esse pode-se fazer uso para explicar fenômenos que estão sendo vivenciados hodiernamente.

Trata-se de uma pesquisa exploratória/descritiva e qualitativa seguindo o posicionamento de Pádua (2016) e Pereira et. al (2018). Pesquisas desta natureza são bastante utilizadas para tratar de fenômenos ainda pouco desnudados que possuam alto grau de complexidade, fragmentação e interligações. Nesse caso, justifica-se que temas diferentes, mas ainda pouco explorados em suas possíveis relações, precisem desse formato de condução.

O método qualitativo se refere a uma estrutura para a análise de fatos ou fenômenos, de modo a buscar conhecer o caminho, desde o ponto de partida até o ponto de chegada, tornando-se mais fácil ou mais clara a construção. Para Pereira et. al (2018), os métodos qualitativos dão liberdade à interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo, a partir dos dados coletados, que ocorre muitas vezes por meio de dados secundários sobre bases literárias de obras amplas e diversificadas, bem como em sites oficiais do governo e eventos online.

A construção operacional contou com as seguintes etapas: a) introdução contexto e questões da pesquisa. Neste espaço, ficaram claros de onde se partiu e qual caminho se quis tomar; b) em uma segunda etapa se parte do uso inadequado do conceito de meritocracia, visando compreender os usos inadequados do conceito e o comprometimento dos objetivos do uso; c) em uma terceira etapa discute-se o que se entende como origem do conceito e o contexto no qual foi estabelecido; d) em uma quarta etapa o uso inadequado e a questão tirânica do mérito; e) na quinta etapa, busca-se ligar tirania, meritocracia e bem comum e; f) na conclusão se procurou

responder a questão de pesquisa, o objetivo e demonstrar os limites do trabalho, bem como, as possibilidades futuras para novos estudos.

Este estudo está estruturado com esta introdução a qual procura contextualizar o tema estudado; na seção 2 um discurso sobre meritocracia, mostrando uma perspectiva de uso do vocábulo dentro das organizações, com origens duvidosas e aplicação obscura; na seção 3 uma procura pela raiz do conceito de meritocracia; na seção 4 os limites da meritocracia e a tirania do mérito; na seção 5 estão as conclusões, limitações e possibilidades do texto e; as referências.

## **2. UM DISCURSO DA MERITOCRACIA**

Ao iniciar esta seção cabe discutir a origem do vocábulo da meritocracia por meio de perspectivas que possam auxiliar a sua compreensão, alcance e utilização. O sentido é evitar a banalidade do uso e a incorporação do vocábulo, como se ele fosse de fácil compreensão e solução para muitos males da sociedade e das organizações. É possível compreender que muitos autores das áreas organizacionais, usam o conceito, seja atribuindo origem seja entendendo-o como símbolo pleno de valorização dos talentos, tanto em organizações públicas quanto em organizações privadas.

Exemplo desse contexto situa-se a autora Chaves (2017, p. 18), a qual atribui a origem do vocábulo meritocracia a Max Weber:

No início do século XX, Max Weber, intelectual e economista alemão, já mencionava a meritocracia em seus escritos sobre religião, criticando a discriminação que impedia a seleção dos judeus para as universidades.

...Weber explicava o desenvolvimento do capitalismo, considerando o protestantismo responsável por estabelecer as bases econômicas e racionais da sociedade ocidental.

Ainda Chaves (2017, p. 19) trata do tema da meritocracia e seu contexto histórico a partir de Weber, utilizando os trabalhos da sociologia norte-americana de Talcott Parsons:

Muitos anos depois, o sociólogo norte-americano Talcott Parsons atualizou os estudos de Weber, para facilitar o entendimento da Meritocracia de uma forma mais ampliada, considerando a cultura e os sistemas. Para ele, a Revolução Industrial trouxe uma nova ideologia, na qual o valor passou a se deslocar para o indivíduo e sua capacidade de conquistar o mérito por seus próprios atributos, substituindo aqueles herdados pela família e origem social.

...a educação é um fator determinante nos ambientes meritocráticos, pois influenciam as competências e responsabilidades que irão diferenciar as pessoas na seleção para os empregos, nas suas avaliações e nos seus salários.

Em outro ponto de sua abordagem Chaves (2017, p. 19) afirma que no Brasil a cultura meritocrática vem sendo sinalizada desde a primeira Carta Constitucional de 25 de março de 1824, em seu artigo 179: “que os talentos e virtudes, sem outra diferença, seriam os únicos critérios válidos para que o cidadão fosse admitido em vários cargos públicos”.

Nesse sentido, escolheu-se realizar alguns comentários sobre as afirmações feitas por Chaves (2017), logo pela Carta Constitucional de 1824. Primeiro trata-se de uma Carta que preserva a escravidão e tem em seu contexto de criação, a ideia de que um ser humano na condição de escravo é propriedade de quem o detém. Nesse sentido, a palavra meritocracia historiada pela autora, não poderá ser utilizada no sentido de igualdade de oportunidades. Então, quando se historiar o vocábulo meritocracia, é preciso estabelecer sua definição associada ao contexto de surgimento e uso.

Para Leite (2021), na Carta de 1824, o princípio da legalidade se estampava no primeiro inciso, e a utilidade da lei foi exigida no segundo. O utilitarismo filosófico também encontrava guarida na Carta. O princípio da irretroatividade da Lei também se firmava. Sobre a previsão do artigo 179 e seus trinta e cinco incisos que surgem aos olhos uma surpresa.

Dentre as previsões em torno das liberdades, destacamos a de entrar e sair do Império com patrimônio e a inviolabilidade do domicílio; a proibição de prisão sem culpa formada e o direito à fiança; a obrigatoriedade de ordem judicial para a prisão, excetuando-se, como é evidente, a prisão em flagrante.

O liberalismo aplicado à monarquia brasileira se reflete também em alguns incisos do art. 179. A isonomia se afirmava no inciso XIII – A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um. Assim como no inciso XVI: “Ficam abolidos todos os privilégios, que não forem essencial e inteiramente ligados aos cargos, por utilidade pública”. Bem-vistas as coisas, estamos perante uma *capitis diminutio* da nobreza. De fato, foi uma nobreza não hereditária que se instalou, assim, por uma vida! (LEITE, 2021, p. s/n).

Nesse mesmo sentido, Nogueira 2012, p. 11) faz interessante observação:

É claro que temos que levar em conta que não é só sob o aspecto da durabilidade que as Constituições provam, objetivamente, a sua eficiência. O próprio conceito filosófico e doutrinário que inspira cada texto constitucional costuma emprestar-lhe esse sentido de permanência, na medida em que o concebe como um documento jurídico adaptado às condições econômicas e

sociais do meio a que se destina, permitindo, em vez de travar e impedir as mudanças necessárias, acelerar a evolução de toda sociedade política. No caso da Carta de 1824, esse foi um requisito essencial de sua concepção. Inspirados nos princípios do constitucionalismo inglês, segundo o qual é constitucional apenas aquilo que diz respeito aos poderes do Estado e aos direitos e garantias individuais, os autores do texto outorgado por D. Pedro I transplantaram para o art. 178 o que seguramente constitui a chave do êxito e da duração da Carta Imperial.

Nesse contexto, a justificativa que a previsão legal assegura o princípio do mérito no acesso aos cargos públicos, por exemplo, não se configura em uma igualdade de oportunidade para a sociedade. Assim como não se configura em vários fenômenos sociais e organizacionais.

Assim, no sentido de avançar a análise, parte-se para a afirmação de que o vocábulo ou conceito de meritocracia está atribuído a Weber e traz o texto de Chaves (2017), atrelado à obra citada - “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”. Porém, nesta obra específica não é encontrada nenhuma menção ao termo “Meritocracia”. Em um momento de sua obra Weber (2002) sinaliza a necessidade de operários qualificados de alto nível e pessoal especializado (tecnologicamente e comercialmente), mas apenas nesse sentido.

Sant’anna (2002) corrobora e resume o pensamento de weber nessa obra, em seu prefácio:

Em A Ética Protestante, Weber traça detalhadamente o tipo ideal da conduta religiosa que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento qualitativo do capitalismo. Trata-se do ascetismo intramundano vivenciado pelos seguintes segmentos do protestantismo: calvinismo; pietismo; metodismo e; seitas batistas.

Também é importante destacar que nem a obra de Souza (2006), que faz uma interpretação muito aprofundada e específica da obra weberiana, faz alguma menção ao termo da Meritocracia. Em seus achados, esse autor demonstra as precondições de surgimento do capitalismo moderno (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Síntese das Pré-condições para o Surgimento do Capitalismo em Weber

1. Apropriação dos meios materiais de produção;
2. Liberdade de mercado
3. Técnica racional
4. Direito racional (e calculável)
5. Trabalho livre
6. Comercialização da economia

Fonte: Adaptado de Souza (2006).

No Quadro 1, os itens 3, 4 e 5 fazem menção as novas conformações necessárias para o surgimento e desenvolvimento do capitalismo moderno, mas não foi encontrada nenhuma menção sobre Meritocracia.

Ao se observar livros de teoria das organizações, que procuram embasar e retratar os achados de Weber, mais especificamente para a Administração e para as organizações, também não foram encontradas menções do vocábulo meritocracia. Autores como Motta e Vasconcelos (2006) tratam dos princípios das estruturas burocráticas: a) funções definidas e competências determinadas por leis e regulamentos; b) direitos e deveres advindos dessas regras e regulamentos; c) hierarquia definida por regras e regulamentos; d) recrutamento feito por regras, garantindo a igualdade formal na contratação; e) remuneração equivalente aos cargos e funções, definidas nas regras; f) promoção e avanço nas carreiras, com base em critérios objetivos e; g) separação entre função e indivíduo.

No texto desses autores, verifica-se a existência nas estruturas burocráticas de um conjunto de normas e regulamentos, que substituem outras formas anteriores à dominação racional legal, que Weber (1999), denominava de dominação patrimonial e dominação carismática. Autores como Meireles e Paixão (2003), também corroboram com esta visão para a teoria das organizações.

Na obra “Economia e sociedade”, Weber (1999), é possível verificar que ele cita três fatores que constituem a dominação baseada no direito público, a existência de uma autoridade burocrática, e na dominação da economia privada de uma empresa burocrática: a) o princípio das competências oficiais fixas; b) o princípio da hierarquia de cargos e; c) a Administração moderna baseada em documentos legais (leis, normas e regulamentos). Também não foi encontrada nenhuma menção sobre Meritocracia.

Agora, referindo-se a outra afirmação de Chaves (2017), sobre a sociologia norte-americana e atribuindo a Parsons o vocábulo Meritocracia, na obra “O Sistema das Sociedades Modernas, publicada em 1971, também é possível afirmar que nessa obra específica ou em obras de outros autores e pesquisadores que o seguiram e fizeram suas análises, não tratam desse conceito. A obra citada relata toda a mudança para se alcançar uma sociedade moderna, aborda termos correlatos, mas não adentra ao conceito de Meritocracia.

Vejam que autores que comungam do pensamento parsoniano, como por exemplo, Selznick (1973) trata da escolha de uma base social, construção do núcleo

institucional e formalização. Essas seriam as bases para formação de uma estrutura burocrática. Ele trabalha com a necessidade de não universalização de estruturas, devido principalmente aos aspectos culturais do ambiente.

A Gouldner (1973) coube a crítica sobre a pregação de estruturas burocráticas rígidas e universais, alertando que é possível mesmo em estruturas regulamentadas e racionais, obter avanços democráticos potenciais, ao se construir sistemas organizacionais.

Merton (1973 e 2002) alerta para as disfunções da estrutura burocrática e critica a despersonalização dos indivíduos que são engolidos pelas estruturas hierárquicas e pelos papéis previamente definidos em leis e regulamentos.

Por fim, o próprio Parsons (1973) afirma que o fator mão de obra, passa a ocorrer por meio de contratos, dos mais diversos tipos. Portanto, são os contratos (instrumentos racionais legais – fruto do Direito racional e calculável) que passam a reger as relações de trabalho.

Assim, pela perspectiva histórica as afirmações feitas por Chaves (2017), sobre a origem do conceito de meritocracia, não são sustentadas pelas obras citadas e pelos autores de referência. Essas afirmações podem ser frutos de interpretações secundárias, sem o respaldo científico necessário, muito comum no campo das organizações, com apropriações práticas deslocadas da vertente teórica.

Assim, não se trata de uma crítica direta a autora Chaves (2017) no sentido de retirar a importância de sua produção. Mas, de desnudar o quanto o campo organizacional se apropria e utiliza o conceito de meritocracia seja para justificar práticas de seleção e avaliação, seja para demonstrar aspectos de um processo justo e ético na ocupação dos cargos e nas promoções e recompensas distribuídas.

Talvez com esse sistema meritocrático, seja mais fácil referendar decisões e discursos organizacionais, sem precisar olhar para uma sociedade e explicar a situação de desemprego e desigualdades, que possam estar presentes. Mas, mesmo que sejam constatadas essas questões mais pontuais no campo das organizações, existem alguns fundamentos para o surgimento e uso do conceito de meritocracia.

### **3. AS RAÍZES DA MERITOCRACIA**

Sobre esta seção optou-se por trabalhar a partir da obra “*The Rise of the Meritocracy*”, de Young (1958), a qual para Markovits (2021) se aproxima muito mais de um grito de alerta e não a uma canção de louvor.

Young imaginou que a meritocracia empregaria testes cada vez mais exatos e precoces para medir a inteligência natural e classificar as pessoas para escolas, universidades e finalmente empregos. A classificação teria como resultado uma estratificação social em massa, estável e absoluta, segundo a aptidão de cada um (MARKOVITS, 2021, p. 317).

É interessante observar o pensamento de Young (1958), sobre essa realidade, na qual a proposta geraria a perfeita igualdade formal de tratamento e, portanto, pessoas equivalentes teriam acessos idênticos. Nesse sentido, isso geraria em contrapartida uma desigualdade enorme na distribuição do privilégio social e econômico. Essas desigualdades seriam grandes demais até mesmo para a ideologia da meritocracia, com possibilidade de violência revolucionária.

As preocupações de Young (1958) eram realmente relevantes. Porém, por motivos considerados errados, por Markovits (2021). Para esse autor, a ótica de Young (1958) centrava-se mais na natureza e menos na cultura. Na verdade, acredita Markovits (2021) que a meritocracia moderna funciona não com base na seleção cada vez mais exata de talentos naturais, aplicados cada vez mais cedo, mas pelo cultivo intensivo do talento, estendido por cada vez mais tempo.

Assim, para esse autor, a sátira de Young (1958) foi errática. O termo por ele cunhado passou a ser muito mais aceito do que rejeitado e, ele próprio, amargaria isso pelo resto de sua vida. Ele se viu impelido a criar o termo “meritocracia”, para o “governo dos mais virtuosos”, pois o termo aristocracia já havia adquirido uma conotação pejorativa.

O jogo de palavras de Young foi menos revolucionário do que a tentativa de dar nome a um espírito existente – que procurava substituir uma hierarquia aristocrática, que o capitalismo democrático tinha tornado despropositada e até mesmo ridícula, por outra hierarquia compatível com o novo sistema (MARKOVITS, 2021, p. 319).

Diante disso, é possível verificar que embora o senso comum possa ver a meritocracia como uma oposição à aristocracia, as origens das palavras revelam que as duas ordens sociais são parentes muito próximas. Ambas são capazes de isolar uma casta de elite do restante da sociedade e permitir que essa casta transmita seus privilégios pelas gerações seguintes.

Nesse contexto, elementos como a educação, o emprego (trabalho), o denominado capital humano, o ordenamento jurídico, a política, a economia, os meios de repressão etc. são fatores distintivos para a perpetuação desses privilégios.

A autora Chaves (2017), também traz em sua obra o contexto de Young (1958), como sendo o autor que conforma o conceito de meritocracia, e em seus achados especifica que a nova sociedade modernizada não deveria ser uma casta de privilégios. Nesse ponto, a autora estaria coerente com a historicidade do conceito, porém atua dentro da mesma lógica de uma meritocracia para seleção de talentos, sem olhar para o rastro de desigualdade deixada por essa lógica.

Diante destas observações, agora sim irá se recorrer a Young (1958) para entender um pouco mais a sua lógica para a criação do conceito. Para esse autor, a taxa de progresso social depende do grau em que o poder é combinado com a inteligência. Afirma que a Grã-Bretanha de um século atrás desperdiçou seus recursos condenando até mesmo pessoas talentosas ao trabalho manual e bloqueou os esforços dos membros das classes inferiores, para obter o justo reconhecimento por suas habilidades.

Para Young (1958) a Grã-Bretanha não poderia ser uma sociedade de castas se quisesse sobreviver como uma grande nação, isto é, grande em comparação com outras. Para resistir à competição internacional o país teria que aproveitar os talentos presentes em várias classes. Com a chegada da era moderna (da modernidade), a educação tornou-se então compulsória na Grã-Bretanha, o patronato finalmente foi abolido do serviço público e o país efetuou a entrada na era competitiva. Nesse sentido, o mérito tornou-se o árbitro, a obtenção do padrão, para entrada e avanços de profissões mais interessantes e de profissionais mais talentosos e melhores preparados para o trabalho.

Esses, então, para Young (1958) são alguns dos passos pelos quais a velha rigidez foi removida da indústria. Quando a opinião pública inteligentemente como um todo reconheceu que a eficiência devia ser aumentada, para o interesse geral da humanidade, as reivindicações da juventude não puderam ser negadas. A emergência era a oportunidade da juventude.

Assim, os teóricos do campo político mudaram o modelo de seu tempo, reinterpretando velhos valores em termos de novas situações. Era um novo tempo para um novo espaço. Assim, agiram saudando o sistema educacional após a

segunda guerra, tudo em nome agora, da igualdade. Também utilizaram empiricamente o bom senso como um bem comum (para este texto define os benefícios que podem ser compartilhados por várias pessoas, pertencentes à um determinado grupo ou comunidade) em um mundo muito mais competitivo. Apoiando esse conjunto de achados dos teóricos estavam os grandes administradores de grandes empresas britânicas.

A razão principal para Young (1958) é que a estratificação teria estado de acordo com um princípio de mérito, geralmente aceito em todos os níveis da sociedade. Há um século, as classes mais baixas tinham menos oportunidades (educacionais e de trabalho), tese que atualmente mesmo se mantendo, as oportunidades deveriam serem bem maiores.

Mais uma vez, verifica-se que os fatores econômicos (mercado competitivo) e fatores políticos (manutenção de privilégios) e o ordenamento jurídico (sistemas legais), são elementos essenciais para a derrubada de uma terminologia como a aristocracia, e, sobre seus escombros, nasce o conceito de meritocracia, substituindo o talento natural hereditário, por criações culturais dotadas de racionalidade técnica e científica.

Nesse sentido, em nome da meritocracia, derruba-se os fundamentos aristocráticos, pelo menos se tenta afirmar isso, mas, criam-se divisões sociais, excedendo os privilégios para novas camadas da sociedade, porém deixando um rastro de desigualdades em todos os níveis, principalmente em países com estruturas sociais mais frágeis e com desigualdades econômicas, sociais e culturais mais latentes.

Nesses países, o domínio da política por grupos específicos de poder (por interesse e familiares), transformam o processo educacional, o ordenamento jurídico e os sistemas repressores em ferramentas para a manutenção de seus *status quo* e o conjunto de privilégios por longo tempo, tudo isso alicerçado no discurso da meritocracia. Assim, para uma grande parcela da sociedade sem os privilégios, retumba ou ecoa o som da meritocracia estar sendo representada pela tirania do mérito.

#### **4. FUNDAMENTOS E EVIDÊNCIAS DA TIRANIA**

O conceito de tirania em Snyder (2017, p. 12), advindo do campo da filosofia, retrata que “tinham em mente a usurpação do poder por uma única pessoa ou um grupo, ou ainda a violação da Lei pelos governantes em benefício próprio”. Para este autor a história europeia do século XX, mostra que as sociedades podem ruir e que as democracias podem entrar em colapso e que a ética pode ser aniquilada.

Snyder (2017) procura alertar que a própria história americana pode ser uma saída, para resolver problemas quando a democracia americana estiver ameaçada. Visitar e revisitar a história, portanto, na visão desse autor, pode ser um recurso importante com o poder de familiarizar e de advertir, sobre as ameaças da tirania. Aqui o autor procura observar o domínio político, e com este provocar um desequilíbrio nas demais instituições de uma Nação. Assim, ele constrói um conjunto de fatores, que denominou de lições. No Quadro 1, traz uma síntese de 20 lições sobre tirania.

Quadro 1 – Síntese das Vinte Lições sobre Tirania

ELEMENTO CHAVE	DESCRIÇÃO
Não obedeça de antemão	O argumento é que uma postura de obediência antecipada dos governados pode levar a aceitação de medidas antidemocráticas e autoritárias, abrindo espaço para a criação de regimes tirânicos, à exemplo do que aconteceu no levante de Hitler e do regime nazista que levou a dominação na Alemanha, o que também foi observado no experimento de Stanley Milgram.
Defenda as instituições	A defesa de instituições é fundamental para manter a proteção dos direitos individuais, a garantia da liberdade e igualdade perante a lei bem como a manutenção da paz e estabilidade social. Quando as instituições são mitigadas o exercício democrático de se ouvir diferentes pontos de vista, de fazer oposição e de fonte de informações são reduzidos ao que interessa apenas a quem exerce o poder tiranicamente.
Cuidado com o Estado de partido único	O alerta aos riscos de um estado autoritário surgir em regimes com um único partido, no qual há restrição para liberdades individuais e posicionamentos de oposição. Nesse passo a diversidade política propicia um exercício democrático que oportuniza a mudança de governo em caso de insatisfação, o que não se pode prever em caso de regimes autoritários.
Assuma a sua responsabilidade e para com o mundo	Assume que a responsabilidade de proteger a democracia e promover a liberdade, passa pela responsabilidade de todos os cidadãos e que pequenos gestos como o apoio a símbolos e ideologias, podem dar lastro ao fortalecimento de governos tirânicos.
Lembre-se da ética profissional	Defende a ideia de que em governos autoritários profissionais que não estão firmes eticamente, podem prescindir gradativamente de seus valores e usar suas habilidades técnicas ou estrutura profissional para praticar políticas opressoras ou aquilo que o autor denominou de “coisas inimagináveis”. Portanto manter a ética profissional contribui para resistir ao levante tirânico.
	Deve-se apoiar a manutenção da ordem pública por meio de forças policiais que estejam regulamentadas pelo estado de direito, já que grupos paramilitares autônomos mostram frequentemente características violentas e são um meio de repressão que, por não respeitarem as leis e os direitos humanos, poderão ser

Cuidado com grupos paramilitares	usados por um regime tirânico com violência repressiva para o controle da população.
Se você tiver que portar armas, reflita	Os profissionais que podem por força da atividade ter de portar armas, alertando para o uso excessivo da força caso um regime tirânico esteja em curso. A violência pode tomar proporções exageradas por profissionais armados se sentirem compelidos a usar a violência, mesmo sem a necessidade dela, apenas por conformismo diante do regime.
Destaque-se	Sugere que atitudes não óbvias que demonstrem resistência ao regime, podem inspirar outros cidadãos a realizarem o mesmo e, de forma conjunta, formar um ponto de resistência contra o sistema tirânico. Isso pode envolver decisões como as de Winston Churchill, primeiro-ministro inglês, ou de Teresa Prekerowa, cidadã comum, mas ambas com grande impacto.
Trate bem a língua	A linguagem pode ser um importante meio de resistência contra a tirania, já que pode ser fundamental para evitar manipulação de pessoas. A leitura pode nos ajudar a estimular a capacidade de pensar e a julgar intenções alheias e prevenir que ferramentas como a televisão e a internet, por exemplo, sejam usadas por governos tiranos trazendo desinformação com técnicas de linguagem que podem levar à dominação de massa.
Acredite na verdade	Abriir mão da verdade é pré-requisito dos levantes fascistas. O governo autoritário se apresenta com manipulação dos fatos e acaba por criar uma realidade paralela que não representa nenhum benefício concreto à comunidade, prescindindo do individualismo e levando ao desmonte dos sistemas democráticos, nos quais encarar a verdade pode não ser agradável a realidade paralela se faz mais atrativa.
Investigue	Para se saber a verdade, não se deve acreditar em tudo que se vê. Sobretudo pela capitalização de discursos cujo tom apelativo pelos meios de comunicação muitas vezes distorcem fatos ou simplesmente os criam. Portanto, deve-se dar atenção a veículos de comunicação independentes, refletir sozinho, ler artigos longos e afinal comunicar apenas informações com a devida responsabilidade.
Faça contato visual e converse sobre generalidades	Estabelecer relações faz com que os indivíduos criem um sentimento menos egoísta se importando mais com as necessidades dos outros, prevenindo governos totalitários que geralmente se desenvolvem em um ambiente de individualismo excessivo. Além disso faz com que cada um estabeleça em quem pode efetivamente confiar em tempos de crise.
Pratique a política corpo a corpo	As relações não devem ficar restritas a ambientes domésticos e telas. Ao invés disso, os indivíduos devem sair e nos ambientes externos e variados devem aprender a conviver com a variedade de indivíduos, inclusive com as diferentes e conflitantes opiniões
Preserve sua vida privada	Manter a privacidade (inclusive quando se trata de informações de terceiros), pois governos totalitários tendem a confundir o privado e o público, para pôr fim à liberdade das pessoas e afastar a sociedade da política normal, encaminhando o jogo político para as teorias conspiratórias.
Contribua para as boas causas	O envolvimento (direta ou indiretamente, com apoio financeiro por exemplo) em organizações que desenvolvam uma atividade social benéfica, que represente o fortalecimento das liberdades e individualidades, acaba por fortalecer a base do governo democrático.
Aprenda com pessoas de outros países	Observar a experiência de outros países pode ajudar a decidir sobre o que pode ser prudente prever em caso de tomar decisões como sair do país, já que isso pode inclusive representar uma medida libertadora e com possibilidade de novas experiências.
Preste atenção a palavras perigosas	Expressões como <i>extremismo</i> , <i>terrorismo</i> , <i>jargões patrióticos</i> , podem ser usados por governos totalitários, para dar uma aparente sensação de insegurança, fazendo com

	que a perda de liberdades parece aceitável em face de um iminente risco da perda de uma falsa liberdade.
Mantenha a calma quando o impensável chegar	Quando um acontecimento catastrófico ocorre, governos tirânicos costumam usar o terror para suprimir os direitos individuais sob a desculpa de uma ameaça que justifica a consolidação da submissão social pela tirania. Não se deve aceitar a dissolução das instituições por um momento de medo ou luto.
Seja patriota	O autor diferencia ser nacionalista de ser patriota, encorajando que sentimentos patriotas promovem o cumprimento de deveres e atitudes cidadãs promovendo as liberdades e o bem comum, já que nacionalistas servem apenas a interesses individualistas, ressentidos, sem valores éticos e universais.
Seja o mais corajoso possível	Conclui que “Se nenhum de nós estiver disposto a morrer pela liberdade, todos morreremos sob a tirania”. Isso nos faz refletir que em situações extremas, muitas vezes são necessárias ações excepcionais.

Fonte: Adaptado de Snyder (2017).

Assim, a ideia de tirania em Snyder (2017) remete a um olhar histórico que pode permitir uma reflexão, para que governos tiranos não subjuguem pessoas, instituições e sistemas democráticos ao autoritarismo extremo. A leitura deste autor envolve a perspectiva do domínio da política e por este elemento, o domínio das instituições e da sociedade. É nesse sentido, que a síntese em 20 lições sobre a tirania, conduzem para um olhar do cidadão para suas próprias ações. A tirania como uma ameaça ao bem comum. Nesse sentido, restrições ao exercício ou desfrute da cidadania, redução dos espaços participativos (cívicos) e subjugação as vontades políticas de um governo ditatorial ou de um grupo de poder dentro das próprias democracias.

Nesse sentido, alerta para os perigos de uma sociedade que tem na meritocracia (política – eleições livres, direito ao voto, regimes democráticos etc.) as suas bases, serem solapada pelo outro aspecto da meritocracia, a tirania do mérito. Um alerta importante é que não só os governos tirânicos são capazes de exercer a tirania do mérito. Governos democráticos também o são, quando se apossam da política (por meios legítimos – eleições livres e voto amplo) e por meio desta das instituições, levando o próprio mérito a causar desigualdades, ferindo de morte os fundamentos de uma cidadania democrática, participativa e com igualdade de opções e acesso aos espaços da cidadania, principalmente educação e trabalho.

Outra análise importante para uma sociedade meritocrática é a advinda de Sandel (2021). Para esse autor, a visão do sucesso meritocrático, aproxima-se de como os puritanos protestantes enxergavam a salvação – não como uma questão de graça, mas algo que se conquista por meio do esforço e luta de cada um. Em sua

visão seria esse o cerne da questão meritocrática. Isso se aproxima da visão de Young (1958) por ter na base competitiva do capitalismo uma necessidade da emergência de talentos para o trabalho, que a antiga aristocracia feudal, não era capaz de fornecer.

É interessante que esse olhar leve as pessoas a pensar em si mesmas, como sendo responsáveis pelo seu destino e não como vítimas de forças fora de seu controle. Por outro lado, quando mais as pessoas se veem como vencedoras por seu próprio esforço e que são autossuficientes, menor poderá ser a preocupação dessas pessoas, com os destinos dos menos afortunados.

Em uma sociedade desigual, aqueles que alcançam o topo querem acreditar que seu sucesso tem justificativa moral. Em uma sociedade de meritocracia, isto significa que os vencedores devem acreditar que conquistaram o sucesso através do próprio talento e empenho (SANDEL, 2021, p. 22)

Nesse contexto, Sandel (2021) questiona, por exemplo, a máxima de o mercado resolve, muito utilizada pelos neoliberais e cita os governos de Thatcher (Inglaterra) e Reagan (EUA). Para esse autor, essa orientação foi a grande responsável pela ascensão dos valores e práticas meritocráticas, das décadas seguintes. A ética meritocrática estava implícita no conservadorismo e livre mercado. Isso volta a aproximar o conceito de meritocracia de seu irmão de “costela” a aristocracia.

Sandel (2021) olha para a questão educacional como um vetor da meritocracia e chega a denunciar o uso das credenciais universitárias como armas, alertando para o ponto em que o mérito pode se tornar uma tirania. Quando as oportunidades forem verdadeiramente iguais, seria, então, possível dizer que as pessoas poderiam ascender até onde o talento e o esforço as levassem e merecessem o sucesso e as recompensas. Essas eram as promessas da meritocracia.

Alocar empregos e oportunidades conforme o mérito não reduz a desigualdade, mas reconfigura a desigualdade para alinhá-la à habilidade. No entanto, essa reconfiguração cria o pressuposto de que as pessoas recebem o que merece. Esse pressuposto aprofunda a diferença entre ricos e pobres (SANDEL, 2021, p. 175).

Esse autor trabalha que a noção de processo seletivo competitivo para universidades, como sendo a porta de entrada para oportunidades que seria atualmente um processo trivial já consolidado. Mas, nos EUA, esse mecanismo teve

seu início entre os anos de 1950 e 1960. Nesse contexto cada faculdade tinha seu próprio sistema de seleção, mas esses sistemas eram administrados com uma certa flexibilidade, pois pessoas que não conseguiam alcançar a média, ainda assim, eram aceitas por origem familiar ou poder econômico (o poder das doações). Nesse mesmo contexto, mulheres eram excluídas, estudantes negros eram barrados e matrículas de judeus eram restringidas, por cotas formais e informais.

Assim, estavam sedimentadas as faculdades de elites, como instituições meritocráticas, cujo propósito era recrutar e treinar os mais talentosos estudantes, independentemente do contexto, mas atrelados intimamente com sua origem. Para Sandel (2021), o plano de James Conant e Thomas Jefferson nos EUA, em sua essência, era substituir uma aristocracia da riqueza por uma aristocracia de virtude e talentos, sendo o sistema educacional o caminho para o acesso da população mais pobre. O plano de Jefferson nunca foi adotado, mas forneceu um precedente inspirador para o sistema seletivo de educação superior que ele favorecia, ou seja, consolidou um sistema baseado na igualdade de oportunidade e mobilidade social.

Para Sandel (2021), a tirania do mérito reside exatamente nessa promessa. A promessa meritocrática pela mobilidade social e oportunidade igual, esconde uma sinistra verdade que uma sociedade fluída e móvel baseada em mérito, apesar de ser oposta a hierarquia hereditária, não é oposta a desigualdade, mas legitimadora desta. Ainda, um sistema que honra e recompensa os maiores gênios, provoca o rebaixamento dos demais, a uma condição de desassistência valorizando os mais “inteligentes” e menosprezando os “menos inteligentes”.

Assim, é possível verificar que a consequência da implantação do modelo foi uma sociedade mais móvel e não menos desigual. Nesse sentido, a meritocracia protege a desigualdade e provoca a tirania do mérito para uma grande parte da sociedade, muito embora o sistema tenha melhorado as oportunidades para alguns estudantes pobres com maiores talentos, demonstrados em provas de seleção.

Depois de várias interlocuções com os sistemas meritocráticos americanos, Sandel (2021) afirma que deveria ser desligada a máquina de triagem meritocrática seletiva. Isso iria fazer diferença para pessoas, cuja tirania do mérito, não está simplesmente relacionada a uma competição seletiva de destruir a alma, mas tem a ver com o mundo desmoralizante do trabalho, que oferece recompensas econômicas escassas e estima social limitada, para quem não tem credenciais meritocráticas.

Assim, partido dos pontos analisados, serão trabalhados na conclusão alguns achados como amarrações deste trabalho.

## **5. CONCLUSÃO**

Partindo-se da questão de pesquisa de como o uso e aplicação do conceito de meritocracia, como diferencial de talento, pode não ser tão meritocrático? E do objetivo de analisar o vocábulo meritocracia, buscando uma maior clareza conceitual, no sentido de melhorar sua compreensão, visando aproximar os limites entre mérito e tirania do mérito, entende-se que foram possíveis algumas aproximações entre a questão de pesquisa e o objetivo, no sentido de deixar mais clara a compreensão da origem, utilização e aplicação do conceito de meritocracia e de provocar inquietações.

Uma primeira aproximação é constatar que o conceito de meritocracia fundado para se distanciar do conceito de aristocracia, está vinculado a ela pela mesma “cepa”, ou seja, é complementar e não oposto. Nesse sentido, apenas houve uma substituição da aristocracia hereditária pela aristocracia do talento. Assim, em nome do mérito do talento e da competência, governos e sociedades construíram seus sistemas educacionais e definiram suas formas de acesso ao trabalho e outros espaços.

É esse sistema educacional o vetor eleito para fundar os princípios de uma sociedade meritocrática dos talentos. Esses participantes talentosos formados meritocraticamente, seriam legitimamente os responsáveis pela condução das bases de uma sociedade do trabalho e do desenvolvimento e de um acréscimo de competitividade aos países e empresas.

Essa construção meritocrática, que a princípio pode parecer justa, carrega consigo uma bagagem altíssima de seletividade e, como consequência, pode estar deixando um rastro de desigualdade. Assim, é nesse sentido que se faz a segunda aproximação ou clareamento do tema. Aquilo que foi pensado para ser os benefícios do mérito pelo talento, também pode se apresentar para uma parte da sociedade como uma tirania do próprio mérito, quando este se torna excludente.

Então, o uso do vocábulo “tirania do mérito” passa a representar aquilo que foi criado para trazer justiça a um processo de substituição da hereditariedade aristocrática pelo talento na modernidade, em sua construção e caminhada, tem sido apontado como o vetor principal da desigualdade. Portanto, as 20 lições de Snyder

(2017) alertam para qual o comportamento dos cidadãos quanto aos perigos da tirania do mérito, muito embora seu olhar esteja mais voltado para o campo político.

Esse uso para outras perspectivas vem com os alertas de Sandel (2021). Seu alerta serve para alguns campos de atuação dos cidadãos, em locais onde se pode alimentar e promover a desigualdade (a educação) e local onde essa desigualdade irá se tornar aparente (o trabalho). Cabe ainda destacar, que o campo do Direito ou dos sistemas jurídicos e os campos da segurança pública, não foram frutos da análise deste ensaio.

Depois desta trajetória de análise, ainda cabe uma última observação: para onde está indo o bem comum? Sandel (2021) irá apontar que nossos sistemas sociais não são sistemas igualitários. São poucos os espaços públicos que reúnem pessoas de todas as classes, características físicas, gênero, raças, etnias e crenças etc.

Nesse sentido, cabe destaque, na visão desse autor, que o bem comum pode ser visto pela perspectiva consumista (competitiva) ou cívico (de uma sociedade mais igual). Consumista é entender que a meritocracia está correta e que a sua existência privilegia o talento, tanto nos campos sociais e educação quanto nos sistemas de trabalho (empresas e governos). Porém, o bem comum cívico, embora não preconize uma igualdade total de condições, clama por ampliar os espaços públicos e privados, com a diminuição sistemática da tirania do mérito. Nesses aspectos, o bem comum aponta para além da tirania do mérito, ou seja, na direção de uma vida pública menos rancorosa e mais generosa.

Nesse contexto, quando se pensa em um ensaio (livre) é possível que a abordagem seja mais no campo das inquietações do que no da pacificação e esgotamento do tema. Assim, é perfeitamente possível encontrar nos discursos empresariais a existência de um sistema meritocrático de acesso e ascensão dentro dos sistemas sociais e organizacionais. Esse discurso é tido como um valor para as organizações: as recompensas pelo mérito, pelo talento. Também se replica esse tom para acesso aos cargos de governo, principalmente aquele providos por concurso público. Aqui, após esse ensaio, cabe uma reflexão sobre a análise desses discursos.

As limitações de um texto quando se decide construir um ensaio, esbarram principalmente na profundidade e alcance. Então, este estudo carece de mais profundidade, que precisará ser superada com outros estudos complementares. Outra limitação, reside no número de autores utilizados, bem como nas perspectivas de

análise desses autores. Há um pleno reconhecimento das limitações para uma discussão tão ampla.

Também é limitante, por não se tratar de uma análise puramente científica com caminhos metodológicos inquestionáveis e métodos devidamente comprovados, mas uma produção oriunda da inquietação dos autores, que tentam inquietar e provocar outros leitores e autores.

Como estudos futuros, tem-se várias possibilidades. Pode-se olhar para países e regiões de todo o globo, mas também pode-se observar mais especificamente a sociedade brasileira.

É possível atrelar essa reflexão para diversos pontos e programas brasileiros que transitam os caminhos entre a meritocracia e a desigualdade. Programas como o “Bolsa Família”, cotas em universidades, cotas raciais, cotas para pessoas com deficiência, programas de distribuição de rendas etc. podem ser analisados a luz da meritocracia e da contribuição para a redução das desigualdades.

Os discursos de gestores de organizações, local em que a meritocracia é tratada como um sinônimo de igualdade tanto no aproveitamento dos mais talentosos quanto nos sistemas de recompensas e punições. Além disso, nessa perspectiva cabe aos autores voltarem a olhar a gênese do surgimento do conceito de meritocracia e outros conceitos adjacentes à gestão, principalmente para não fazer usos indevidos e nem se descolarem do ambiente de negócios e sociedade onde essas organizações estão inseridas.

Também, cabe desafiar a classe que controla a política no país, o quanto ela ascende por meios meritocráticos ou o quando suas bases residem ainda em uma aristocracia hereditária, escravagista e excludente nas questões de gênero e tantas outras, cujos talentos estão sobre bases econômicas ou poder familiar. O sistema jurídico brasileiro, o quanto é justo, acessível e transparente, para toda a sociedade. E por fim, as políticas e os sistemas educacionais o quanto se situam dentro de premissas meritocráticas, com acesso universal e de qualidade, visando diminuir as desigualdades e promover opções mais justas.

## REFERÊNCIAS

CHAVES, Neuza. **Meritocracia**: influência da cultura brasileira no desempenho do mérito. Nova Lima – MG: Falconi Editora, 2017.

GOULDNER, Alvin, W. Patos Metafísicos e a Teoria da Burocracia. *In*: ETZIONI, Amitai. **Organizações Complexas**. São Paulo: Atlas, 1973

LEITE, Gisele. 1824, a primeira Constituição brasileira. A Constituição da Mandioca. *Jornal JURID*. Postado em 06 de setembro de 2021.

<https://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/1824-a-primeira-constituicao-brasileira-a-constituicao-da-mandioca> <acesso em abril de 2023>.

MARCOVITS, Daniel. **A Cilada da Meritocracia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

MEIRELES, Manuel; PAIXÃO, R. Marisa. **Teoria da Administração**. São Paulo: Futura, 2003.

MERTON, Robert, K. Estrutura Burocrática e Personalidade. *In*: ETZIONI, Amitai. **Organizações Complexas**. São Paulo: Atlas, 1973

\_\_\_\_\_. **Teoria Y Estructura Sociales**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

MOTTA, F.C.P.; VASCONCELOS, I. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pioneira, 2006.

NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições Brasileiras**. V. I. Brasília: Senado Federal, 2012.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa**: Abordagem teórico-prática. São Paulo: Papyrus Editora, 2016.

PEREIRA, A. S. et al. **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria: ED. UAB/NTE UFSM, 2018. E-book.

SANDEL, Michael. J. **A Tirania do Mérito**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SANT'ANNA, Sílvio. Prefácio da obra "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo". São Paulo: Martin Claret, 2002.

SELZNICK, Philip. **Decisões Críticas no Desenvolvimento de Organizações**. *In*: ETZIONI, Amitai. **Organizações Complexas**. São Paulo: Atlas, 1973

SNYDER, Timothy. **Sobre a Tirania**: vinte lições do século XX para o presente. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOUZA, Jessé. **Max Weber**: a gênese do Capitalismo moderno. São Paulo: Ática, 2006.

WEBER, MAX. **Economia e Sociedade**. V. 2. São Paulo: Editora UNB, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

YOUNG, Michael. **The Rise of the Meritocracy**. Classics in Organization and Management Series. London: Thames and Hudson, 1958.